

A REDAÇÃO DO ENEM À LUZ DOS GÊNEROS DISCURSIVOS E TEXTUAIS
ENEM ESSAY IN THE LIGHT OF DISCURSIVE AND TEXTUAL GENRES

Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli¹
 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa
 Universidade Federal de Ouro Preto
 (maysapadua@yahoo.com.br)

Geralda Cristina Fortunato²
 Mestre em Linguística
 Universidade do Estado de Minas Gerais
 (cristina.fortunato@gmail.com)

RESUMO: Neste trabalho, propomos uma investigação sobre as características da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), à luz dos estudos bakhtinianos dos gêneros do discurso. De acordo com tais estudos, todo gênero pode ser caracterizado quanto a suas dimensões de estilo, conteúdo temático e forma composicional. Partindo do pressuposto de que a Redação do Enem é um gênero e não um tipo textual, apresentamos como tal redação se caracteriza em termos de estilo, conteúdo temático e forma composicional. Nosso objetivo, portanto, é o de descrever e explicar as dimensões genéricas dessa produção textual e refletir sobre seus aspectos “ensináveis”. Para a consecução dessa proposta, adotamos a pesquisa bibliográfica e a análise documental como metodologia.

Palavras-chave: Gêneros. Redação. Enem. Avaliação.

ABSTRACT: In this paper, we research the characteristics of ENEM essays in the light of Bakhtin studies on discursive and textual genres. According to his studies, style dimension, thematic content and compositional way can define every genre. Assuming that ENEM essays are genres, not a textual type, we argue that style, thematic content and composition characterize these essays. Thus, our main goal is to describe and explain the genre dimensions in this textual production and reflect on its teachable aspects. To accomplish this objective, we take into account the documental analysis from bibliographic research.

Keywords: Genres. Writing. ENEM. Assessment.

Introdução

Neste trabalho, propomos uma investigação das características da Prova de Redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), à luz dos estudos bakhtinianos dos gêneros do discurso. De acordo com tais estudos, todo gênero discursivo e textual pode ser caracterizado quanto às dimensões de estilo, conteúdo temático e forma composicional.

¹ Pós-doutoranda em Estudos da Linguagem (Programa Nacional de Pós-doutorado/CAPES/UFOP).

² Doutoranda em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/MG).

O Enem exige dos participantes uma produção textual classificada como “texto dissertativo-argumentativo”. Essa produção constitui-se como objeto de estudo de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo, da Linguística Textual e da Análise do Discurso, que investigam, entre outras questões, as concepções teóricas de gênero subjacentes à referida proposta de produção textual (REINALDO, 2002).

Partindo do pressuposto de que a redação do Enem é um gênero e não um tipo textual, analisamos como ela caracteriza-se em termos de estilo, conteúdo temático e forma composicional e, a partir dessa análise, apresentamos quais são os seus aspectos “ensináveis”. Nosso trabalho configura-se, então, como uma tentativa de estabelecer parâmetros seguros para a caracterização dessa produção textual, e, com base nisso, fomentar a discussão sobre como ensinar os alunos a produzirem textos e serem bem avaliados na prova de redação do Enem.

Para os propósitos do presente trabalho, situamos nossa pesquisa em “uma perspectiva sócio-interativa fortemente vinculada ao aspecto histórico e cultural no contexto da linguística aplicada com ênfase na produção e uso de conhecimentos retóricos” (MARCUSCHI, 2008, p. 10). Será realizada uma pesquisa exploratória, com consulta a fontes bibliográficas na área da Linguística Textual, e foco na bibliografia voltada para o estudo dos gêneros discursivos, segundo a perspectiva bakhtiniana.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, será elaborada pesquisa documental, que consistirá na análise da Matriz de Referência para Redação do Enem e níveis de conhecimentos associados, publicada no Diário Oficial da União em 9 de maio de 2013 (nº 88, ISSN 1677-7069 3- Diário Oficial da União) e disponível no manual Redação no Enem 2013: Guia do Participante (BRASIL, 2013). Essa matriz nos auxiliará na compreensão das expectativas da Banca Avaliadora.

As dimensões genéricas da Redação do ENEM

Com apoio em Bakhtin (2011), consideramos, inicialmente, que os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados produzidos pela língua, nas mais diversas situações da atividade humana. Em uma perspectiva dialógica, tomamos como parâmetro a noção de que os interlocutores, na comunicação verbal,

selecionam as palavras segundo as especificidades do gênero de que fazem uso, sendo que certos tipos de enunciados são gerados por uma determinada função (científica, técnica, oficial, cotidiana, etc) e por determinadas condições de comunicação, próprias de cada campo.

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório dos gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica. (BAKHTIN, 2011, p. 301-302)

É importante assinalar, contudo, que a concepção de gênero de Bakhtin não é estática, como poderia parecer à primeira vista. Marcuschi (2010) defende que, ao conceituar gêneros como tipos relativamente estáveis de enunciados, Bakhtin enfatiza a dimensão instável desses artefatos sociais. Por isso, dada sua natureza eminentemente social, os gêneros estão sujeitos a mudanças, oriundas de transformações sociais e de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal (KOCH; ELIAS, 2012).

Refletindo sobre o caráter social dos gêneros discursivos e textuais, Koch e Elias (2012) afirmam que são constituídos, enquanto práticas sociocomunicativas, de um determinado modo e com certa função, de acordo com as esferas de atuação, o que nos possibilita reconhecê-los e produzi-los sempre que necessário. Isso equivale a dizer que todo gênero se caracteriza por ocorrer em uma determinada esfera da atividade humana, em condições de produção singulares. Caso contrário, ainda segundo as autoras, “haveria primazia de uma produção individual e individualizante, desprovida dos traços de um trabalho construído socialmente, o que dificultaria o processo de leitura e compreensão” (KOCH; ELIAS, 2012, p. 106).

De acordo com Bakhtin (2011), todo gênero se caracteriza e se diferencia dos demais em virtude de, pelo menos, três dimensões constitutivas: o conteúdo temático (ou os conteúdos que são dizíveis por meio dele); o plano global (ou a forma composicional que o texto assume para atender às demandas de comunicação) e o estilo (ou as configurações discursivas, textuais e linguísticas que apresenta).

Dessa forma, partimos do pressuposto de que a Redação do Enem é um gênero discursivo e textual, na qual podemos identificar essas três dimensões constitutivas por meio da análise sistemática de suas condições de produção e de avaliação, conforme argumentamos a seguir.

Inicialmente, no que se refere às condições de produção, temos na instância de locução alunos de escolas públicas e particulares, concluintes do Ensino Médio ou oriundos de anos anteriores, que pretendem ingressar em um curso universitário. De acordo com Striquer e Batista (2014), a redação do Enem participa da esfera escolar, encerrando um ciclo de práticas sociais que têm lugar durante o Ensino Médio, bem como iniciando as práticas sociais realizadas no ensino superior.

Na instância de recepção, identificamos uma banca avaliadora formada por graduados em Língua Portuguesa. Dois professores atribuem nota à redação, de forma independente, sem que um conheça a nota conferida pelo outro. Como maneira de preparar e parametrizar essa avaliação, em 2015, para trabalhar como corretor das redações, os professores tiveram que passar por um curso *on line* de preparação e, ao final, por uma prova presencial e eliminatória, que serviu como uma seleção desses profissionais. O que quer dizer que, mesmo com as subjetividades que permeiam a produção escrita e sua avaliação, há como conduzir a avaliação desses textos, de maneira que se consiga uma equidade nos resultados.

O local físico de produção é aquele onde são realizadas as provas: salas de aula, auditórios de escolas, colégios, universidades, etc. O momento é o tempo real em que o texto é produzido: a redação é aplicada no domingo, segundo dia de prova do ENEM. O aluno tem 5 horas e 30 minutos (1 hora a mais que o dia anterior) para dividir sua atenção entre a produção da redação e as provas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Matemática e suas Tecnologias.³

O conteúdo temático

Iniciando nossa análise pela dimensão temática do gênero, ou tipo de conteúdo dizível por meio dele, acreditamos que um retrospecto dos temas contemplados nos auxiliará a levantar pistas sobre essa característica. Koch e Elias (2012) exemplificam que, na poesia, predomina a expressão dos sentimentos do

³ Dados disponíveis em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/edital/2016/edital_enem_2016.pdf. Acesso em 5 dez.2015.

sujeito; no artigo de opinião, o conteúdo geralmente versa sobre acontecimentos de ordem política, econômica, social, cultural, histórica, e raramente sobre acontecimentos ou vivências pessoais; na tirinha, o conteúdo esperado é a crítica bem-humorada a coisas do mundo, modos de comportamento, valores, sentimentos.

A título de esclarecimento, apresentamos um levantamento dos temas contemplados desde a primeira edição do exame, em 1998, até a edição mais recente, em 2015⁴. A saber: Viver e aprender (1998); Cidadania e participação social (1999); Direitos da criança e do adolescente: como enfrentar esse desafio nacional (2000); Desenvolvimento e preservação ambiental: como conciliar interesses em conflito? (2001); O direito de votar (2002); Violência na sociedade brasileira (2003); Como garantir a liberdade de informação e evitar abusos nos meios de comunicação? (2004); O trabalho infantil na realidade brasileira (2005); O poder de transformação da leitura (2006); O desafio de conviver com a diferença (2007); A máquina de chuva da Amazônia (2008); Qual o efeito em nós do “Eles são todos corruptos”? e Valorização do Idoso (2009 - reaplicada); Ajuda humanitária e O trabalho na construção da dignidade humana (2010 - reaplicada); Viver em rede no século XXI (2011); O movimento imigratório para o Brasil no século XXI (2012); Efeitos da Lei Seca (2013); Publicidade infantil em questão no Brasil (2014); A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira (2015).

Como pode-se perceber na lista de temas abordados pelo Exame, o conteúdo temático da redação do ENEM tem girado em torno de questões sociais, científicas, culturais ou políticas, que exigem vivência e pensamento reflexivo do candidato. Observa-se a prática de promover uma discussão a respeito de assuntos atuais, polêmicos, relacionados ao exercício da cidadania.

A forma composicional

A segunda dimensão genérica para a qual nos voltamos é o plano global ou forma composicional, que corresponde à organização geral, determinada tanto pelo gênero quanto por outros fatores das condições de produção do discurso. Abrange questões como: em quantas partes um texto se divide? Quais são essas partes?

⁴ Dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/edicoes-antiores/provas-e-gabaritos>. Acesso em 5 dez. 2015.

Como elas se relacionam entre si? Para compreender a forma composicional de um gênero, é necessário estar atento também à forma de organização, à distribuição das informações e aos elementos não verbais, como a cor, o padrão gráfico ou a diagramação típica, as ilustrações (KOCH; ELIAS, 2012).

A proposta de redação do Enem apresenta como exigência “a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo” (BRASIL, 2013, p. 7). Na publicação intitulada A Redação no Enem 2013: Guia do Participante, é apresentada ao candidato a diferença entre o texto dissertativo e texto dissertativo-argumentativo nos seguintes termos:

Um texto dissertativo difere de um texto dissertativo-argumentativo por não haver a necessidade de demonstrar a verdade de uma ideia, ou tese, mas apenas de expô-la. Você deve evitar elaborar um texto de caráter apenas dissertativo, ou seja, expor um aspecto relacionado ao tema sem defender uma posição, sem defender uma tese. Isso não atenderá às exigências para avaliação dessa competência (BRASIL, 2013, p. 17).

Um texto dissertativo-argumentativo normalmente é composto por uma introdução, na qual se apresenta a tese que será defendida; um desenvolvimento, constituído por argumentos que promovam a adesão do alocutário à tese defendida pelo locutor, e uma conclusão, na qual se reafirma a tese defendida.

No caso específico da redação do Enem, a conclusão deve conter uma proposta de ação social capaz de promover mudanças na perspectiva em que se insere o problema debatido. Essa proposta de intervenção, de ação na vida social, deve relacionar-se com os argumentos desenvolvidos pelo candidato ao longo de seu texto. Ela deve ser viável, exequível, concreta, de forma a “permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la”. É fundamental, também, que tal proposta respeite os direitos humanos, que não fira valores essenciais da sociedade, como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural. (BRASIL, 2013, p. 22).

O estilo

O estilo, a terceira característica genérica enfatizada, refere-se aos recursos expressivos da língua que são selecionados pelo locutor, dentre todos os recursos disponíveis, por serem os mais adequados às condições de produção do discurso, à finalidade da interlocução e ao suporte do gênero. Todo e qualquer gênero textual/discursivo possui estilo; em alguns deles, há condições mais favoráveis (gêneros literários), em outros, menos favoráveis (documentos oficiais, notas fiscais), para a manifestação do estilo individual.

A investigação a respeito do estilo abrange pelo menos três aspectos: os aspectos discursivos, os aspectos textuais e os aspectos linguísticos.

Os aspectos discursivos do estilo referem-se aos tipos de discurso (narração, descrição, injunção, argumentação, dissertação); à ancoragem (modo pelo qual o autor se apresenta ou se coloca no/perante o texto, por exemplo, de forma pessoal, utilizando pronomes e flexões verbais de 1ª. pessoa, deixando que sua voz se faça ouvir ou de forma impessoal, ocultando a sua voz); ao gerenciamento das diferentes vozes que precisam se fazer presentes no texto (que ocorrem em trechos do tipo “de acordo com fulano”, “no ponto de vista de”); à modalização do discurso ou a utilização de certa maneira de dizer que pode atenuar ou acentuar uma afirmação, ou então expressar/apagar a subjetividade do autor, ou seja, mecanismos ou marcas linguísticas que permitem ao autor construir uma certa representação de si mesmo para o leitor do texto (KOCH; ELIAS, 2012).

Os aspectos textuais do estilo contemplam os mecanismos e recursos linguísticos (morfológicos, sintáticos, prosódicos, lexicais) que asseguram a coesão e a coerência do texto e permitem a progressão temática; os organizadores textuais que estruturam o texto, estabelecendo conexões entre suas partes ou mostrando suas divisões, e que podem ser os conectores temporais (do tipo “no início”, “em primeiro lugar”) e os conectores lógico-argumentativos (tais como “entretanto”, “logo”, “portanto”, “mesmo porque”, etc.) (KOCH; ELIAS, 2012).

Os aspectos linguísticos do estilo abrangem as escolhas lexicais típicas ou apropriadas para a situação de comunicação e que podem ter valor argumentativo; a utilização e manutenção dos tempos verbais adequados para o gênero; a escolha do registro formal ou informal; a escolha da variedade linguística adequada, o que

envolve tomar decisões sobre a necessidade de se aproximar ou se afastar das normas urbanas e de prestígio no texto; a utilização das convenções da escrita, ou seja, da pontuação, de maiúsculas e minúsculas, da correta ortografia, paragrafação, etc. (KOCH; ELIAS, 2012).

Aplicando esse conhecimento teórico sobre estilo ao nosso objeto de investigação, temos que, quanto aos aspectos discursivos e textuais, predominam as sequências argumentativas e dissertativas, ou seja, a proposta de redação do ENEM requer um tipo textual específico, embora as demais tipologias possam estar presentes. O candidato que não adequar sua produção à estrutura dissertativo-argumentativa será penalizado com a nota 0 (zero) na redação, mesmo que atenda às exigências dos outros critérios de correção. Em outras palavras, não se pode elaborar um poema, ou contar uma história, simplesmente. Pequenas sequências que fogem ao tipo textual dissertativo, se forem usadas, precisam estar estritamente relacionadas à construção do tema e da argumentação.

Em relação à linguagem, a construção das sentenças e dos períodos, deve guardar conformidade com as características morfossintáticas da variedade linguística padrão. Isso equivale a dizer que, no caso da redação do Enem, o candidato deve empregar a modalidade formal do português brasileiro contemporâneo, porque é esta modalidade que as tradições discursivas aliam ao texto dissertativo-argumentativo (BRASIL, 2013). Essa exigência será analisada mais detalhadamente adiante, ao tratarmos das competências constantes da Matriz de Referência para avaliação da Redação do Enem.

Considerando, ainda, as características do gênero solicitado, devem predominar as sequências tipológicas argumentativas e dissertativas. De acordo com Marcushi (2008, p. 155), o conceito de tipo textual, ou sequência tipológica:

[...] designa uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção.

Esse conceito não se confunde com o de gênero textual e discursivo, embora tal imprecisão seja recorrente entre professores e alunos e, algumas vezes até entre

pesquisadores do assunto. Enquanto as tipologias ocorrem em número restrito, os gêneros são em número ilimitado, como se observa no comentário de Marcuschi (2008, p. 156):

Gênero textual refere os textos materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas.

Quando, em uma produção textual, há a predominância de um determinado tipo ou sequência, costumamos designá-la conforme o nome do tipo predominante. Assim, na redação do Enem devem predominar as sequências dissertativas e argumentativas, por isso se diz que é um texto dissertativo-argumentativo. Contudo, a presença de outras sequências não é proibida, como a narração, a descrição e a injunção. Mas é necessário que todas elas estejam a serviço da construção argumentativa do texto.

A redação do Enem sob a perspectiva da banca avaliadora

De acordo com o Guia do Participante (BRASIL, 2013), os critérios utilizados para a avaliação do texto produzido pelo candidato, são baseados em cinco competências, a saber:

Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.

Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos. (BRASIL, 2013, p. 8)

Ainda de acordo com essa publicação (BRASIL, 2013), cada avaliador (são dois, como já foi mencionado anteriormente) atribui uma nota entre 0 (zero) e 200

(duzentos) pontos para cada uma das cinco competências, e a soma desses pontos compõe a nota total de cada avaliador, que pode chegar a 1000 (mil) pontos. A nota final do participante é obtida pela média aritmética das notas totais atribuídas pelos dois avaliadores.

Cada uma das competências é descrita e detalhada no Guia do Participante (BRASIL, 2013). Tendo em vista que o ENEM é um processo que vem sendo construído ao longo de 16 (dezesesseis) anos e que, desde a sua implantação, envolve, a cada ano, um número maior de participantes, acaba surgindo uma maior diversificação de situações e ocorrências. Por isso, a Matriz de Referência para a redação está também em constante transformação. Ao longo do tempo, ela vem passando por alterações, acréscimos ou alterações de termos, sempre levando em conta uma avaliação que consiga ser coerente, abrangente e justa, para que haja um mesmo peso e uma mesma medida para todos os participantes do evento. Tais adequações são exigidas pelo próprio processo de avaliação, que é mutável e socialmente construído.

Com isso, essa matriz tem conseguido avançar paulatinamente para abranger as inúmeras possibilidades de escrita que surgem da diversificação linguística, geográfica e social do Brasil.

Para que possamos entender como capacidade escritora dos candidatos. é avaliada, em seguida detalhamos as cinco competências linguísticas constantes na Matriz de competências e que norteia o trabalho da banca avaliadora.

Na competência I, que consiste em demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa, avalia-se se o candidato demonstra consciência das diferenças entre oralidade e escrita. Logo, é desejável que não empregue marcas da modalidade oral em sua produção textual escrita.

O Guia do Participante (BRASIL, 2013) recomenda que se evite o emprego repetido de palavras, como “e”, “a”, “da”, “então”, próprias das situações informais de comunicação. Recomenda também que as frases não sejam incompletas ou fragmentadas, que a pontuação seja corretamente utilizada, para exercer a função de organização do texto; que o aluno seja claro, objetivo e direto, empregando um vocabulário mais variado e preciso.

A competência I abrange, então, ausência de marcas de oralidade e de registro informal; precisão vocabular; obediência às regras de concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal; pontuação; flexão de nomes e verbos; colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos); grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas); e divisão silábica na mudança de linha (translineação) (BRASIL, 2013).

A pontuação será atribuída conforme os níveis expostos abaixo:

Nível 0: Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

Nível 1: Demonstra domínio *precário* da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.

Nível 2: Demonstra domínio *insuficiente* da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.

Nível 3: Demonstra domínio *mediano* da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.

Nível 4: Demonstra *bom* domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.

Nível 5: Demonstra *excelente* domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência. (BRASIL, 2013, p. 12-13). (Grifos nossos)

De acordo com o descrito nesses níveis de competência, é necessário que o avaliador, muitas vezes, tenha um olhar mais abrangente sobre a modalidade escrita formal, uma vez que há várias particularidades e usos que ainda não estão em consenso entre os estudiosos da área e os documentos normativos (colocação pronominal, concordâncias verbais e nominais, por exemplo), que ainda temos em vigor no Brasil, até então, duas convenções ortográficas (e que o Enem não cobra o uso exclusivo de uma delas) e que o aluno está em condições adversas de produção textual, com a pressão de tempo, espaço e circunstância.

Na competência II, será avaliado se o candidato foi capaz de compreender a proposta de redação e de aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.

Inicialmente, é preciso que o candidato saiba elaborar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese, e que apresente argumentos convincentes para justificar essa tese. Ao argumentar, o estudante deve lançar mão de um repertório variado, trabalhando relações de causa e consequência, dados estatísticos, provas concretas, exemplos, comparações entre realidades distintas, gerenciando vozes e opiniões de especialistas no assunto tratado.

A competência II é a única em que o candidato é avaliado em duas situações diferentes: se ele soube identificar o tema e produzir sua redação de acordo com o que foi proposto e se construiu um texto do tipo textual dissertativo. De acordo com o Guia do Participante (BRASIL, 2013, p. 13), o tema constitui “o núcleo das ideias sobre as quais a tese se organiza”. Em âmbito mais abrangente, o assunto recebe uma delimitação por meio do tema, ou seja, um assunto pode ser abordado por diferentes temas.

Lembramos que a fuga ao tema é penalizada com a nota 0 (zero), assim como a produção de um texto que não tenha estrutura dissertativo-argumentativa (uma poesia, uma carta, uma receita, por exemplo), apesar de ser aceita pequena sequência de outro tipo textual que tenha relação com a argumentação a ser desenvolvida – uma pequena narração para, por exemplo, introduzir ou explicar uma ideia a ser desenvolvida.

Nesta competência pode existir, também, a possibilidade de o candidato **tangenciar** o tema, ou seja, falar apenas do assunto sem focar o recorte temático proposto pela prova. E isso implicará as outras competências que estejam diretamente ligadas ao tema, como veremos mais adiante.

Espera-se, na verdade, que o participante seja informativo, que trabalhe com elementos não previsíveis, que recorra à intertextualidade (ativando os conhecimentos prévios do interlocutor) e que selecione conhecimentos relevantes sobre o tema.

Serão utilizados os cinco níveis a seguir para avaliar a competência II nas redações do Enem, pois o “nível 0” já exclui o candidato e elimina o restante da correção.

Nível 1: Apresenta o assunto, *tangenciando* o tema ou demonstra domínio *precário* do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.

Nível 2: Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio *insuficiente* do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.

Nível 3: Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio *mediano* do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.

Nível 4: Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta *bom* domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.

Nível 5: Desenvolve o tema por meio de argumentação *consistente*, a partir de um repertório sociocultural *produtivo* e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo. (BRASIL, 2013, p. 17). (Grifos nossos)

A competência III avalia se o candidato é capaz de selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Segundo afirma o Guia do Participante (BRASIL, 2013), a competência III refere-se à inteligibilidade do texto, ou seja, à sua coerência, à plausibilidade entre as ideias apresentadas.

A inteligibilidade, ainda segundo esse manual, depende da relação de sentido entre as partes do texto; da progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica. Depende também da adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

A competência III, por referir-se diretamente à construção das informações concernentes ao tema abordado, relaciona-se diretamente à competência II, uma vez que os fatos e opiniões são apresentados de acordo com o tema desenvolvido. O que quer dizer que, se o candidato tangenciou o tema, por exemplo, a nota dela nesta competência também será afetada.

Serão utilizados os seis níveis a seguir para avaliar a competência III das redações do Enem:

Nível 0: Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Nível 1: Apresenta informações, fatos e opiniões *pouco* relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.

Nível 2: Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.

Nível 3: Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores *pouco* organizados, em defesa de um ponto de vista.

Nível 4: Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, *com indícios de autoria*, em defesa de um ponto de vista.

Nível 5: Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista. (BRASIL, 2013, p. 19). (Grifos nossos)

A competência IV avalia se o candidato demonstra obediência à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. De acordo com o Guia do Participante (BRASIL, 2013), a organização textual envolve a relação lógica entre palavras, frases e parágrafos, de forma que seja garantida a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Normalmente, esse encadeamento é expresso por conjunções, advérbios e locuções adverbiais que estabelecem uma interrelação entre orações, frases e parágrafos. Em outras palavras, a competência IV está relacionada aos conceitos de coesão e coerência.

Como os conceitos de coerência e coesão encontrados na literatura são amplos e diversos, optamos por utilizar os elementos que constituem um e outro de acordo com o que elencou Koch (2011). Para a autora

coerência teria a ver com a “boa formação” do texto, mas num sentido que não tem nada a ver com qualquer ideia assemelhada à noção de gramaticalidade usada no nível da frase, sendo mais ligada, talvez, a uma boa formação em termos da interlocução comunicativa (...) Ela é que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto. Assim, ela pode ser vista também como ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor do texto (que o interpreta para compreendê-lo) tem para calcular seu sentido (KOCH, 2011, p. 14).

O que quer dizer que, estando a coerência em um nível semântico, além do que se apresenta na superfície do texto, o participante, na redação do Enem, precisa mobilizar seu conhecimento acerca do “mundo” (meio social, político e econômico em que vive), e do tema dentro deste mundo, e expressar-se de maneira que possa fazer sentido para seu interlocutor.

A coesão, por sua vez, é descrita por Koch (2011) como sendo

Explicitamente revelada através de marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, sendo, portanto, de caráter linear, já que se manifesta na organização sequencial do texto. É nitidamente sintática e gramatical, mas é também semântica (...) é a ligação entre os elementos superficiais do texto, o modo como eles se relacionam, o modo como frases ou partes delas se combinam para assegurar um desenvolvimento proposicional.

Serão utilizados os seis níveis a seguir para avaliar a competência IV das redações do Enem:

Nível 0: Não articula as informações.

Nível 1: Articula as partes do texto de forma *precária*.

Nível 2: Articula as partes do texto, de forma *insuficiente* com muitas inadequações e apresenta repertório *limitado* de recursos coesivos.

Nível 3: Articula as partes do texto, de forma *mediana*, com inadequações, e apresenta repertório *pouco diversificado* de recursos coesivos.

Nível 4: Articula as partes do texto com *poucas* inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.

Nível 5: Articula *bem* as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. (BRASIL, 2013, p. 21). (Grifos nossos)

A competência V avalia se o candidato é capaz de elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Essa proposta de intervenção deve relacionar-se com os argumentos desenvolvidos pelo candidato ao longo de seu texto. Ela deve ser viável, exequível, concreta, de forma a “permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la”. (BRASIL, 2013, p. 22).

Por fim, é fundamental que tal proposta respeite os direitos humanos, que não fira valores essenciais da sociedade, como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

Serão utilizados os seis níveis a seguir para avaliar a Competência 5 das redações do Enem:

Nível 0: Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Nível 1: Apresenta proposta de intervenção *vaga, precária* relacionada apenas ao assunto.

Nível 2: Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.

Nível 3: Elabora, de forma *mediana*, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Nível 4: Elabora bem proposta de intervenção *relacionada* ao tema e *articulada* à discussão desenvolvida no texto.

Nível 5: Elabora *muito bem* proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto. (BRASIL, 2013, p. 23). (Grifos nossos)

Considerações finais

O ENEM foi criado no ano de 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes ao fim da Educação Básica. Nesse primeiro ano, um número relativamente pequeno de estudantes participou do evento: apenas 115,6 mil. Em 2004, com a instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni) pelo Ministério da Educação, que vinculava a concessão de bolsas em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas à nota obtida no exame, o Enem tornou-se mais popular e o número de participantes começou a aumentar. Além disso, a implantação do Sisu, em 2012, que é o Sistema de Seleção Unificada, informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), e que permite às instituições públicas de educação superior oferecerem vagas a candidatos participantes do Enem também ocasionou o aumento significativo de participantes do evento. Neste ano, mais de 4 milhões de estudantes participaram do Enem e, em 2015, o número de inscritos chegou a 9 milhões.

Os números grandiosos nos mostram que o Enem é um evento de destaque na educação brasileira, o que traz novas implicações tanto para os alunos quanto para os professores do Ensino Médio. Se a meta a ser alcançada nos estudos de aprimoramento da escrita eram, anteriormente, os vestibulares promovidos individualmente pelas universidades, atualmente as aspirações voltam-se para o bom desempenho no Enem.

Devemos considerar, ainda, que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (2000) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - PCNEM (2000) que trazem as diretrizes do Governo Federal para a escolha dos conteúdos e métodos educacionais, para o Ensino Fundamental e Médio, estão fundamentados

na teoria dos gêneros discursivos e textuais. Eles indicam que o trabalho com a língua materna, tanto na modalidade oral quanto escrita, deve objetivar a expansão das várias possibilidades de uso da linguagem, em qualquer forma de realização, para que os alunos saibam adaptar suas atividades linguísticas aos eventos sociais comunicativos (BEZERRA, 2010). A postulação básica do documento é o ensino centrado no texto, quer em termos de leitura, quer em termos de produção.

Considerando as postulações apresentadas sobre gêneros textuais e elevando em conta que a redação do Enem, é um texto reconhecido pelas suas características próprias de produção, que envolvem um tema a ser elaborado (escolhido e preparado pela instituição promotora do evento), dentro de um estilo (padrão formal da língua), uma forma composicional (texto dissertativo-argumentativo) e, obrigatoriamente uma proposta de intervenção social (característica particular deste texto e o que o diferencia dos demais de exames públicos), pode-se dizer que estamos diante de um gênero textual, que deve ser estudado e “ensinado”, já que será avaliado de acordo com o que foi explicitado anteriormente.

Por tudo isso, acreditamos que é de suma relevância a realização de pesquisas sobre o gênero redação do Enem, encampando a descrição de suas dimensões características, para, então, fomentar a discussão sobre como trabalhar essa produção textual em sala de aula. Trata-se de um tema novo, desafiador, que exige a articulação de postulados teóricos de diversas áreas do conhecimento, e que não pode ser relegado a segundo plano, até mesmo pelas consequências práticas que acarreta para o futuro de milhões de estudantes brasileiros.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. SP: Martins Fontes, 2011. p. 259-306.

BEZERRA, M. A. Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos. In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 37-46.

BRASIL. **Guia do Participante**: a redação do ENEM. 2013. Disponível em: <<http://vestibular.brasilecola.com/enem/mec-disponibiliza-guia-participante-enem2012/319808.html>>. Acesso em 01 mai. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L.C. Texto e coerência. 13 ed. São Paulo: Contexto: 2011. p. 13-15.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros Textuais e Ensino**. São Paulo: Parábola, 2010. p. 19-36.

REINALDO, M. A. G. M. Que concepções teóricas de gênero textual estão subjacentes às questões discursivas do ENEM? **Revista do GELNE**, Fortaleza, v. 4, n.1, 2002. Disponível em < http://www.gelne.ufc.br/revista_ano4_no1_sum.htm>. Acesso em 25 ago. 2015.

STRIQUER, M. S. D.; BATISTA, P. C. A redação do ENEM: situação comunicativa, prática social, condição de produção e arquitetura textual do gênero. **Travessias**, Cascavel, v.8, n.3, 2014. Disponível em <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/10820>> Acesso em 25 ago. 2015.

Recebido em 15 de fevereiro de 2016

Aceito em 11 de abril de 2016